



ATA Nº 19/2022

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da quinta sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

9. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
10. Aprovação de atas da 4.^a sessão ordinária de 2022;
11. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Novais, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro

Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, saudando a Câmara e a sua Presidente que começou a exercer as suas funções na passada segunda-feira e reafirmou a sua total disponibilidade para trabalhar em estreita colaboração institucional com o executivo municipal e na defesa intransigente dos superiores interesses públicos e do município de Espinho, sem prejuízo e sem prescindir das competências daquela Assembleia em matéria de apreciação e fiscalização, continuando a acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara. Cumprimentou também os Vereadores estreados naquela Assembleia, Luís Canelas e Lurdes Rebelo, aproveitando para desejar ao executivo em funções as maiores felicidades e sucessos naquela difícil tarefa de condução dos destinos do município

Referiu que o vogal Jorge Eduardo Pina pediu a prorrogação da suspensão do seu mandato por mais 90 dias, tendo sido convocado o Sr. Rui Fidalgo, ali presente, para a substituição do vogal. Colocou o pedido à votação do plenário tendo sido aprovado por unanimidade.

Informou o plenário que a Assembleia da República tinha confirmado que o processo de proposta da desagregação das freguesias de Anta e de Guetim tinha sido recebido e endereçado para a Comissão Parlamentar respetiva e deu nota que tinha recebido uma comunicação de medidas de coação emitida pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto – Juiz de instrução Criminal do Porto- juiz 3, relativamente ao trabalhador do município José Manuel Soares da Costa, que tinha uma medida de coação de suspensão do exercício de funções públicas.

Deu de seguida a palavra ao vogal do BE que pediu para apresentar um requerimento. No uso da palavra o vogal do BE disse que: "A gravidade dos acontecimentos vividos nos últimos dias e que implicaram a renúncia ao mandato do Presidente da Câmara Municipal de Espinho, Miguel Reis, após sua detenção preventiva, não é compatível com aquela que tem sido a reação dos partidos políticos aqui representado. O BE na reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Espinho, na passada quinta-feira propôs a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária com um único ponto na ordem de trabalhos - a discussão da situação política do município.



Esta proposta foi liminarmente recusada por PS, PSD e CDU. Recorda o Bloco que a Assembleia Municipal de Espinho é um órgão representativo do município dotado de poderes deliberativos que visa a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população. Tem também poderes de fiscalização sobre o executivo municipal e delibera sobre as matérias mais importantes para o município sob proposta da Câmara Municipal nos termos da lei. Hoje, após adiamento, reúne esta assembleia municipal com a finalidade de concluir o previsto na ordem de trabalhos da 5ª sessão ordinária de 2022. Suspeitas de corrupção e de outros crimes económico-financeiros no decurso de uma investigação judicial que segundo a imprensa abrange também responsáveis políticos...

O Presidente da AM interrompeu o vogal do BE e pediu para concretizar o requerimento.

O vogal do BE disse que iria fazê-lo e estava a utilizar o tempo regimental, retomando a leitura no ponto onde tinha parado: dos anteriores executivos municipais do PSD, estando em causa interesses urbanísticos de dezenas de milhões de euros tramitados em benefício de determinados operadores económicos, não foram razão bastante para que PS PSD e CDU compreendessem a atual situação política com a seriedade que o momento exige. Devo dizer pela parte do BE que não deixaremos passar em branco esta degradante postura de PS PSD e CDU. Estes partidos à proposta do BE responderam com fingimentos cúmplices, furtando-se ao debate e ao confronto democrático o que em nada diminui a graveza do que aconteceu neste município. Perguntamos, pois, quais os objetivos, esconder factos se não forem notícia, se tudo e todos incluindo a atual Presidente da Câmara Maria Manuel Cruz estavam a leste desta...

O Presidente da AM interrompeu novamente o vogal do BE e disse para apresentar o requerimento. Caso contrário teria de lhe cortar a palavra

O vogal do BE disse que estava a usar o tempo regimental e que era a segunda vez que era interrompido e referiu que iria concluir o requerimento, mas que tinha substância, que era um documento político como devia imaginar.

O Presidente da AM disse que queria que fizesse o requerimento.

O vogal do BE disse que iria apresentar e continuou com a leitura do documento: "Srs. e Sras., vogais desta Assembleia, no presente instante, têm a chance de emendar a mão, defendendo o escrutínio capaz de aniquilar todo e qualquer abuso dos que governam o que a comunidade pertence e desmantelando os poderes fáticos que aqui atuam. Toquemos Srs. e Sras., vogais sem pruridos nem tibiezas onde doi. Ao abrigo do artigo 52º do regimento desta Assembleia municipal, o BE exorta o seu Presidente José Carvalhinho e os partidos políticos aqui representados à convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária para cabal esclarecimento da situação política do nosso município."

Presidente da AM disse que tomou boa nota do requerimento que considerava extemporâneo e absolutamente desnecessário uma vez que toda aquela discussão já tinha sido dirimida em sede da Comissão Permanente. Que o vogal do BE já tinha feito um comunicado do que acontecera naquela comissão, utilizando termos agressivos e despropositados. Que entendia que a marcação de uma assembleia extraordinária para discutir a situação política de Espinho era totalmente descabida e descontextualizada e que o momento os obrigava a ser serenos e responsáveis. Que era uma irresponsabilidade marcar uma assembleia municipal extraordinária, tendo sido aquele o entendimento da maioria dos grupos municipais.

Presidente da AM colocou o requerimento apresentado pelo BE à votação do plenário, tendo o sido rejeitado com 24 votos contra e 1 a favor.

Declarações de voto:

CDU (Ana Rezende): Esta situação exposta no requerimento do BE foi discutida e dirimida em sede de Comissão Permanente e do ponto de vista da CDU havia 2 obstáculos para que a assembleia extraordinária fosse convocada para os termos e efeitos pretendidos, sendo que, primeiro, esbarrava numa questão regimental não concebendo a convocação daquela assembleia para discussão de uma situação política que decorria de uma circunstância de inquérito judicial em decurso e que o executivo, após tomada de posse dos novos elementos, estava em funções. Segundo, porque as pessoas tinham dificuldade em fazer uma fronteira firme entre o que era o debate político e o que se tornaria um debate quase judicial. Que neste momento, a situação estava em investigação e tinha de continuar longe dos holofotes de um debate que naquela sede seria pueril e estéril.



PSD (Paulo Leite) que tinham votado contra, porque, o que estava a acontecer era uma tragédia para Espinho e que perante a situação que se colocava, deviam ter em linha de conta os superiores interesses do concelho de Espinho. Que não era aceitável discutirem a culpa ou não de quem quer que fosse porque ainda ninguém tinha sido condenado e tinham direito a serem considerados inocentes e terem um julgamento justo feito pela justiça, sendo que à Assembleia interessava discutir o encontrar uma solução para que Espinho não saísse prejudicado.

PS (Teixeira Lopes) saudou o novo executivo e disse que o que se pretendia com aquele requerimento era transformar o que se pretendia ser sereno num alarido que aumentasse aquilo que se considerava estupefacto pela sociedade espinhense. Que rejeitava a realização de uma sessão para se esgrimir argumentos e contra-argumentos acerca do sucedido, transformando-a numa chinfrineira e tentando fazer justiça popular ou justicialismo, quando se sabia que ainda não tinha transitado em julgado. Que lamentava que demagogia e oportunismo político fossem convocados para uma assembleia cujo objetivo era concluir a ordem de trabalhos da 5ª sessão. Que as substituições foram feitas serenamente, sem alarido político, de acordo com a Lei, por renúncia de mandato.

BE (João Matos) ninguém aqui pretendia imiscuir-se na ação do poder judiciário ou fazer justiça popular. Era uma situação política e não foi a justiça que obrigou a duas renúncias ao mandato por parte de Miguel Reis e de Álvaro Monteiro e impõe-se uma discussão política, e os partidos CDU, PS e PSD recusavam-se a usar aquilo que a democracia lhes permitia que era fazer discussão política e esclarecer a população do que aqui aconteceu no âmbito político, abdicando da independência deste órgão, a começar pelo Presidente da Assembleia Municipal, pela razão deste tempo carecer de serenidade.

Presidente da AM disse que tinha toda a oportunidade de fazer a discussão política no ponto 11 da ordem de trabalhos

A reunião prosseguiu com o Ponto 9 da Ordem de trabalhos, tendo o Presidente da AM dado a palavra ao vogal Nuno Almendra do PSD para fazer a apresentação do documento **Recomendação "Autarquia + Familiarmente Responsável"**: Considerando que: 1. No concelho de Espinho verifica-se uma diminuição do número de jovens (0-14 anos) e uma redução das famílias com três ou mais indivíduos. Por

outro lado, verifica-se um aumento significativo do nº de idosos por 100 jovens. 2. No contexto socioeconómico atual, ainda se reveste de maior importância a implementação de medidas que tenham efeitos imediatos, bem como, outras que tenham efeito a médio prazo, tornando o nosso concelho mais atrativo para as famílias. Desta forma, poderá iniciar-se um ciclo de reversão dos indicadores negativos que o concelho de Espinho apresenta. Importa assim apostar na prevenção e trabalhar para construir uma sociedade que impeça mais famílias e consequentemente mais pessoas, de caírem numa espiral de degradação social. 3. Por outro lado, medidas avulsas, representam sempre o dispêndio de recursos, perdem a eficiência e raramente produzem o efeito desejado. Torna-se assim imperativo a adoção de um plano com uma visão integradora e transversal das medidas a adotar que valorize os investimentos que vierem a ser considerados necessários. 4. O conceito “AFR – Autarquia + Familiarmente Responsável” surgiu em janeiro de 2007. Este conceito assenta num conjunto de medidas facilitadoras da vida familiar, em particular para as famílias com três ou mais filhos. São estas que mais contribuem no combate ao envelhecimento das populações. Este conceito engloba os seguintes eixos principais de medidas: - Apoio à maternidade e paternidade; - Apoio às famílias com necessidades especiais; - Serviços básicos com tarifas ajustadas (água, saneamento e resíduos sólidos e urbanos); - Educação e formação; - Habitação e urbanismo; - Mobilidade e transportes; - Saúde; - Cultura, desporto, lazer e tempo livre; - Cooperação, relações institucionais e participação social. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 18 de janeiro de 2023, delibera recomendar à Câmara Municipal de Espinho que: 1. No âmbito do projeto “Autarquia + Familiarmente Responsável” a Câmara Municipal de Espinho implemente e concretize as medidas necessária para que o Município de Espinho integre a lista de autarquias distinguidas como “Familiarmente Responsáveis” pelo Observatório de Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR), nomeadamente: a) Adesão automática à tarifa familiar de água e saneamento; b) Cálculo do valor do IMI que considere o número de elementos que residem na habitação, numa lógica de per capita; c) Monitorizar a existência no parque habitacional do Município de uma percentagem de fogos para famílias numerosas, nomeadamente através da análise das tipologias e áreas das casas disponíveis no mercado a cada momento; d) Implementar descontos nas taxas municipais e nas tarifas de eventos e espetáculos culturais; e) Comparticipar os passes dos transportes públicos dos alunos residentes no concelho e que frequentam escolas noutros concelhos, num modelo de financiamento que tem como base o número de elementos



e os rendimentos do agregado familiar; f) Apoio financeiro de despesas médicas das famílias, que embora sejam de grande importância para a saúde pública, não são comparticipadas pelo Governo Central, tais como medicamentos, vacinas, tratamentos e próteses dentários e oftalmológicos, transportes para os serviços de saúde e serviço de teleassistência; g) criar um modelo de financiamento do material escolar, tendo como base o ano escolar que frequenta, o número de elementos do agregado familiar que são estudantes e os rendimentos do agregado familiar, com a obrigatoriedade de a aquisição ser feita no concelho; h) reativação do programa cheque bebé.”

João Matos (BE) interveio dizendo que na proposta do PSD, propunha-se iniciar um novo ciclo de reversão e referiu que o cheque bebé já tinha sido experimentado e que a população tinha continuado a diminuir e que aquele conjunto de banalidades, sem qualquer expressão material concreta na vida das pessoas não concretizava nada a não ser o inefável cheque bebé. Que o PSD arregimentava ali um programa altamente conservador na virtude da família com muitos filhos, bem patriarcal, cujo conteúdo era muito próximo do que se entendia por guardião da moral, desconsiderando os que não constituíam família o que chocava, citando Francisco Sá Carneiro com *“o respeito pela liberdade e dignidade da pessoa humana e que seja nesse aspeto consentâneo com o personalismo”*. Que a decisão de ter filhos depende de expectativas, políticas de natalidade eram políticas de previsibilidade e políticas de segurança, combatendo a precariedade que grassava onde se instalou o mito, grandemente promovido pelo PSD, de que tinham um mercado laboral rígido. Que não havia estabilidade com aquelas políticas e sabendo que não havia adaptação de horários às necessidades parentais quando trabalhador não tinha o poder negocial que só o vínculo lhe dava e garantindo habitação acessível que era um novo facto relevante de estabilidade que só políticas publicas podiam favorecer. Que era ali que estava o desencontro político do PSD naquele debate, os que por razões morais e religiosos mais falavam de natalidade eram os que mais se opunham a políticas que não reservem o luxo de terem filhos a quem estava preocupado a quanto podia abater nos impostos da mensalidade do colégio. Que a crise demográfica era cumulativa e Espinho era paradigmático daquilo mesmo. Quanto menos crianças nascessem menos mães e menos pais existiam, por isso seria preciso uma ação política intrépida com medidas sociais e laborais para vencer aquela crise. Não eram as missas pela natalidade, pela família dos que acreditavam que o mercado chegava para resolver a precariedade laboral e a falta de habitação acessível que abrandariam o envelhecimento da cidade e os poucos que

tinham segurança, quando as coisas corriam pior não podiam ter filhos por todos. Fixar pessoas e dar um novo pulsar à cidade era fazer dela um território mais justo, não era a treta do cheque. Que o PSD queria transformar tudo o que era provisão pública e da pareceria, conceito nada neutro, do publico com o privado, que só instituía e agravavam as dinâmicas desiguais do desenvolvimento. Fixar pessoas e contrariar as tendências demográficas era promover habitação e nos mandatos do PSD de Pinto Moreira as políticas publicas municipais foram sempre subordinadas à necessidade de priorizar a manutenção do dinamismo do setor imobiliário e viam como o PS prolongava aquele marasmo, prestando vassalagem aos grandes grupos.

A Presidente da Câmara Municipal referiu que partilhavam da preocupação dos vogais do PSD quanto ao envelhecimento da população. Que era uma tendência que se vinha a verificar nos últimos 20 anos e que os censos de 2021 confirmavam com exatidão. Que subscrevia na integra a afirmação que medidas avulsas resultavam sempre no dispêndio de recursos, perdendo a eficiência e raramente produziam o efeito desejado, o que aconteceu nos últimos anos, ajudando a explicar a razão do município de Espinho, apesar de ter respondido sempre aos inquéritos do observatório das autarquias familiarmente responsáveis, nunca ter sido reconhecido como uma autarquia mais familiarmente responsável. Que relativamente aos transportes escolares a autarquia oferecia o passe escolar para as crianças da pré-escola e do primeiro ciclo e para os alunos que estudavam fora do concelho e cujas valências não existiam em Espinho, era também fornecido o passe.

Vereadora Leonor Fonseca referiu que o que podiam fazer para adquirir a bandeira de autarquias familiarmente responsáveis era cumprir uma série de requisitos que o observatório das autarquias familiarmente responsáveis apresentava e referidos nos pontos constantes na recomendação, sendo que em março de 2020, o observatório fazia recomendações relativamente à maternidade de à paternidade no sentido de criar grupos de desenvolvimento infantil, formação e aconselhamento conjugal e parental, redes familiares e de apoio ao nascimento, por considerar que a autarquia ainda não o tinha feito. Sobre o apoio às famílias com necessidades especiais, foi assinalada a existência de um número muito reduzido de medidas e também a falta de apoio a famílias migrantes e a pessoas com fragilidade social, recomendando que fosse feito um levantamento das necessidades da população para perceber que outras medidas podiam ser implementadas. Sobre os serviços básicos, há época já existia a



tarifa familiar da água, saneamento e resíduos sólidos, sendo que a adesão era feita a pedido com renovação anual por pensarem que era mais justo e equitativo no sentido de que podia haver uma alteração do agregado. Quanto à habitação e urbanismo disse que tinha sido elaborado regulamento da habitação social para moralizar a atribuição da habitação ainda com o Chefe da antiga Divisão de ação social e que o observatório também tinha recomendado a criação do espaço do cidadão, espaços verdes, farmácias e unidades de saúde familiares em todas as freguesias. Que num futuro próximo haveria a possibilidade de considerarem a implementação do passe familiar. Que na área da saúde assinalaram pela positiva um conjunto de boas medidas na área do desporto, exercício, bailes seniores, do SMOACT com o Centro Social de Paramos que fazia o apoio à toxicodependência e a pessoas marginalizadas pela sociedade. Que na cultura desporto lazer e tempo livre até hoje mantinham o acesso gratuito à cultura e que associada à bandeira azul sempre houve atividades lúdicas. Quanto à cooperação, relações institucionais e participação social, disse que existia um banco de voluntariado, protocolos com instituições no apoio à família e adoção de medidas de convivência Intergeracional com parceria das IPSS sem as quais não seria possível levar por diante e cumprir aquele objetivo. Sobre o IRS, disse que o observatório assinalava como negativo há data de 2020, o facto de não se proceder à devolução às famílias residentes, sendo que em dezembro de 2022 foi aprovada a devolução de 0.5%. Referiu que enquanto a autarquia não preenchesse todos os requisitos não conseguiria aquela dita bandeira e referiu que, concordando com o BE, o cheque bebé não passava de uma medida avulsa que representava dispêndio de recursos, perdia eficiência e raramente produzia efeitos desejados, acrescentando que foram presenteados no final de 2021 e em 2022 com 200 mil euros de dívida de cheque bebé que tiveram de pagar, tendo por inerência de fechar as candidaturas porque não tinham possibilidade de comportar aquela verba. Quanto às casas disponíveis para famílias numerosas, disse que não se podiam imiscuir no mercado privado, mas que tinham em curso uma estratégia local de habitação, como instrumento importante para melhorar a qualidade de vida das famílias que decorria do PRR e do programa primeiro direito ao qual se candidataram. Relativamente aos apoios sociais, a partir de abril, receberiam as competências naquela matéria, passando a serem os responsáveis.

Presidente da CME acrescentou que no apoio às escolas e suportado pela Autarquia tinham assegurado os transportes para as escolas sede para atividades, isentavam as

escolas do pagamento pela utilização das piscinas, planetário e museu e que os próximos contratos interadministrativos incluíam uma verba para apoio aos alunos.

Nuno Almendra (PSD) interveio referindo que no documento apresentavam medidas de âmbito local e não de âmbito nacional e eram direcionadas a agregados familiares com 3 ou mais filhos e perguntou se sabiam quantos eram os beneficiários do passe para alunos que estavam fora do concelho em valências que não existiam em Espinho e qual era forma em como podiam beneficiar daquele contributo.

Presidente da CME respondeu que eram poucos e que eram crianças com necessidades educativas especiais, um para Ovar e outro para Santa Maria da Feira, sendo que todas as outras valências existiam no município de Espinho

João Matos (BE) sobre o facto da Câmara não se poder imiscuir no mercado da habitação, conforme referido pela vereadora Leonor Fonseca, e que lhe parecia que não tinha sido feita outra coisa segundo os últimos acontecimentos no município de Espinho. Disse que tinha trazido um conceito interessante, o de moralizar a habitação social. Que a política do vale e do cheque, do cabaz e da senha da cantina social e agora também naquele cheque bebé, que nem sequer tinha em consideração as condições económicas de cada pessoa o que estava em profunda contradição com a lógica castigadora e restritiva no acesso a medidas de apoio social e que o PSD devia ter em conta que o município não se esqueceu os anos da troika como não se esqueceria do que foram os anos Pinto Moreira. Que no Portugal democrático, tinham boas e testada alternativas para contrariar aquelas dinâmicas de envelhecimento, com emprego, previsibilidade e habitação. Que aquelas recomendações depois de uma década a governar a cidade com resultados desastrosos era anedota que o cinismo contava ao descaramento. Que votariam contra

Ana Rezende (CDU) que se tinham criado aquelas nomenclaturas para as autarquias, de autarquia mais, etc., e que havia uma série de considerações que implicavam políticas locais de fundo, desde o urbanismo, à habitação, à saúde, na educação e ação social e talvez no futuro na saúde e que ali se podiam aquilatar verdadeiras políticas para combater o envelhecimento e êxodo da população. Disse que o Regulamento da habitação social tinha sido elaborado por uma comissão constituída por membros da assembleia municipal, não para moralizar, mas porque a lei habilitante tinha sido alterada e que a atribuição da habitação social era feita pelo



número do agregado familiar. Que aquela recomendação acabava por ser inócuo porque não se traduzia em nenhuma proposta concreta para que a autarquia pudesse desenvolver planos de apoio às famílias, pelo que a CDU abster-se-ia.

Teixeira Lopes (PS) disse que a recomendação refletia preocupações que estavam até consagradas no orçamento a propósito do IMI, do parque habitacional, do primeiro direito entre outros e correspondiam às preocupações do PS que as pretendiam implementar se tivesse possibilidades no próximo ano. Que, tratando-se de uma recomendação, o PS votaria favoravelmente

Votação: aprovada com 23 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra

10. Aprovação de atas da 4.^a sessão ordinária de 2022

As atas 12/2022 de 20/09/2022, 13/2022 de 18/10/2022, 14/2022 de 2/11/2022 foram aprovadas por unanimidade dos presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

João Matos (BE) pediu para fazer a seguinte declaração de voto: "O BE votou favoravelmente as atas, salientando que eram um instrumento precioso para que nelas estejam vertidas todas as posições políticas e o registo dos trabalhos da Assembleia. Todavia há pouco mais de um ano, o Presidente da Assembleia Municipal garantiu que estas assembleias iam ter um registo vídeo no qual todos os munícipes que não tivessem possibilidade de ali se dirigirem, assistirem aos trabalhos e foi por proposta do Bloco que, à semelhança do que se fazia na esmagadora maioria dos municípios, as transmissões da Assembleia ficassem em suporte digital no arquivo para que todos os munícipes a elas pudessem consultá-las e que há dois meses atrás, em Comissão Permanente o Presidente da Assembleia Municipal garantiu que a situação iria ser reposta e tal não aconteceu e não tinha envidado esforços para que hoje os trabalhos fossem transmitidos"

11. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

Presidente CM tomou a palavra referindo que não se iria pronunciar sobre o documento, apenas poderiam fazer-lhe perguntas sobre educação, sendo que as

restantes questões seriam colocadas por escrito, sendo que a responderiam através do Presidente da Assembleia Municipal

João Matos (BE) fez um protesto sobre o referido pela Presidente da Câmara quanto aos partidos não poderem colocar questões para além do âmbito da educação e disse que poderiam sim, sendo que a Presidente podia optar por não responder.

Presidente da AM disse que o entendimento que retirava das palavras da Presidente da CM era que responderia na área específica dela que era a da Educação e que todas as outras questões seriam colocadas por escrito para terem a resposta por escrito, sendo que os vogais eram livres de fazerem as questões que entendessem pertinentes à Câmara Municipal

João Matos (BE) colocou as seguintes questões: O que a Presidente da Câmara sabia de decisões políticas na área de urbanismo relativas ao grupo Pessegueiro; que decisões foram essas, quantas e quais foram e o que pretendia fazer, que resposta política pretendia dar. Porque não foi anunciado em reunião de Câmara a realização da auditoria que a Presidente da Câmara disse nas redes sociais que iria mandar realizar e por quem seria efetuada.

Paulo Leite (PSD) perguntou se a Presidente da Câmara mantinha a afirmação, na sua ótica, do resultado líquido do exercício negativo na ordem de 1,2 M€ que o anterior Presidente da Câmara referia. Que sobre a afirmação de um aumento da dívida municipal na ordem dos 40% em 2021, disse que não correspondia à verdade porque foi dinheiro que ficou e passou para o ano seguinte e perguntou qual era a perspetiva em termos de gestão da Câmara Municipal.

Ana Rezende (CDU) perguntou se o executivo decidiu de facto fazer uma auditoria às contas da Câmara Municipal e a quem tinha sido pedida. Que a tentação de falar das operações urbanísticas era muito naquele momento e que algumas das operações imobiliárias que se conheciam vieram à Assembleia, tendo sido votada uma isenção de taxas com o Grupo Fortera em que o BE votou favoravelmente

Ana Paula Africano (PS) disse que tinha sido veiculada pela imprensa a falta de transparência no urbanismo e que estava preocupada com os protocolos de funcionamento de determinados departamentos da Câmara, concretamente do



urbanismo, devendo de existir mecanismos de aferição de entrada dos processos e da sua tramitação e perguntou o que município pretendia fazer naquela área.

Abel Santos (PSD) perguntou qual seria o âmbito da auditoria e a razão de apesar de ter sido anunciada várias vezes, nunca ter sido realizada e só ser feita agora

Paulo Leite (PSD) relativamente ao afirmado pela vogal da CDU, referiu que o PSD não tinha votado uma isenção de taxas, mas sim o interesse estratégico.

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que naquela assembleia foi votado, com os votos favoráveis do PSD, do BE e do PS, com exceção da CDU e de um vogal do PS que votou contra, a declaração de interesse publico estratégico de terrenos situados na zona do golf, rua 20 para ali se instalar a dita *Manhattan* de Espinho e que ao declarar-se o interesse publico estratégico estava-se automaticamente a isentar as taxas correspondente a meio milhão de euros

A presidente da Câmara referiu que o vereador João Passos pretendia fazer uma intervenção, e no uso da palavra o mesmo referiu que numa reunião da Assembleia municipal, em 2021, tinha-se falado que tinha existido uma reunião num hotel para a qual tinham sido convidados alguns vogais há época e já naquela reunião deixaram bem claro que os vogais do PSD não tinham recebido qualquer convite, nem conheciam a existência daquela reunião e que se continuava a insistir naquela questão de que os vogais do PSD também lá estariam. Que transmitir o falso com a convicção de que era verdadeiro, o que nem lhe parecia da CDU, como se isso não bastasse, vinha vogal da CDU dizer que a Assembleia aprovara uma isenção de taxas, o que não correspondia à verdade porque tinham aprovado uma a declaração de interesse publico estratégico de um projeto e que as implicações daquela declaração nada tinham a ver com taxas, mas sim com questões de licenciamento e uso de solo

Ana Rezende (CDU) fez um protesto porque na sua intervenção nada falou sobre o que se tinha passado no Hotel Monte Lirio, mas referiu quem votou favoravelmente na Assembleia a declaração de interesse publico estratégico, mas que já que abordou o assunto, referiu que estavam no hotel alguns vogais do PS, o vogal do BE, o Presidente da Junta de Paramos, Sr. Manuel Dias e que aquele tipo de convites não lhe soava nada bem. Que poucos dias depois daquela dita reunião, veio à Assembleia

a discussão da libertação dos terrenos para a tal empresa que fizera o convite. Que se quisesse ou não era dos tais projetos que estavam envoltos numa nebulosa.

Presidente da JF de Paramos protestou referindo que era pura mentira a afirmação da vogal da CDU sobre a sua presença naquela reunião no hotel. Que como já tinha dito na assembleia municipal quando da discussão do assunto, recebeu o grupo Fortera na Junta de Freguesia de forma institucional e que lhes comunicara que tinha pena de que aquele investimento não fosse realizado na freguesia de Paramos

Ana Rezende (CDU) contra protestou e disse que, embora o Presidente da Junta de freguesia de Paramos pudesse não ter estado no hotel, pedindo-lhe que aceitasse as suas desculpas pela afirmação, constava em ata que o Presidente da Junta de Freguesia de Paramos, por ter estado reunido com o grupo Fortera assumiu o compromisso de, na reunião da Assembleia Municipal votar favoravelmente a questão daquele empreendimento

Presidente JF Paramos em defesa da honra disse que, em Assembleia de Freguesia, tinha dito quase tudo o que a vogal da CDU ali referiu na última intervenção, ou seja, que reuniu na Junta de Freguesia de forma institucional com o grupo Fortera pedindo-lhes que investissem em Paramos e que em declaração de voto referiu que tinha assumido previamente com aquele grupo e as razões porque votaria favoravelmente.

Abel Santos (PSD) agradeceu a correção feita pelo vereador João Passos que era importante porque nas redes sociais em 11/01/2023, foi difundido um comunicado onde constava que a CDU tinha denunciado em junho de 2021, os comes e bebes dos eleitos da Assembleia Municipal PS, PSD e BE e dos Presidentes das Juntas de Freguesia num hotel com a empresa proponente da futura construção de aranhas céus na zona do antigo matadouro feita antes da reunião do órgão autárquico que acabaria por aprovar a isenção do mega empreendimento na pagamento das respetivas taxas, de meio milhão de euros. Disse que a vogal da CDU devia retratar-se e repor a verdade e que tinham de ser rigorosos naquele tipo de anúncios

Teixeira Lopes (PS) protestou dizendo que como líder da bancada do PS não teve oportunidade de ir àquela reunião no hotel, não tendo sido convidado. Que não pactuava com aquele tipo de processos. Sobre a votação do PS, disse que o PS se absteria na votação daquele assunto, excetuando um membro



Presidente JF Anta e Guetim protestou dizendo que não tinha visto o comunicado referido pelo vogal Abel Santos e queria que ficasse claro que ele se solidarizava com o referido pelo Presidente da Junta de Paramos e que ele não esteve no hotel Monte Lírio reunido com ninguém do grupo Fortera, nem tão pouco foi convidado.

Presidente JF Espinho referiu que não esteve em nenhuma reunião no Hotel Monte Lírio a convite de grupo Fortera.

Presidente da Assembleia passou então a palavra à Presidente da Câmara Municipal que referiu que seria pedido uma auditoria que começaria pelo urbanismo e que começariam por pedi-la à IGF. Que iriam pôr em prática uma nova aplicação para entrega digital dos processos de urbanismo.

Passou-se ao período de intervenções políticas e tomou a palavra o vogal Paulo Leite (PSD) que referiu ter constatado que não foram dadas respostas às questões que colocou e iria aguardar que as mesmas chegassem por escrito, sendo que eram passíveis de serem respondidas hoje a não ser que dentro do executivo houvesse pouca ou nenhuma comunicação. Que assistiram a uma tragédia que foi a situação que levou à detenção do Presidente da Câmara Municipal, que renunciou ao mandato, na expectativa de não ter prisão preventiva, o que não aconteceu, mas que se esperava que a segunda pessoa da lista às eleições autárquicas assumiria o cargo, sendo ele Vice-presidente da Câmara Municipal, tendo ele também renunciado, sendo que não sabia as razões para aquela renúncia. Que na sua ótica estava claramente comprometido o projeto que tinham e a capacidade de dirigir os destinos do concelho porque agora tinham uma equipa menos bem preparada e perguntou quem iria assegurar questões importantes como o urbanismo, as finanças. Que na sua ótica tinham feito uma lista não para governar bem Espinho, mas uma escolha de nomes para ganhar eleições, verificando-se que a equipa não estava suficientemente forte para não levar o rumo que, entretanto, levaram. Que o projeto que venceu as eleições estava comprometido, o que podia ser menos bom para os espinhenses. Que havia fundos europeus que podiam captar, oportunidades que passavam e não voltariam e que era preciso ter uma equipa fortemente motivada e politicamente forte e que não invejava a posição difícil em que se encontrava a Presidente da Câmara. Que o PS devia refletir muito bem sobre tudo isto, estando em causa naquele momento os interesses do concelho e não as questões mais partidárias e se não valeria a pena

pensarem numa outra alternativa. Que os vereadores do PSD estavam preparados e recetivos a serem parte da solução em conjunto com o PS.

Teixeira Lopes (PS) agradeceu as preocupações do vogal Paulo Leite com o PS, o seu futuro. Que a desconfiança manifestada pelas pessoas que substituíram os que por razões diversas ali não estavam e que o vogal tinha uma atitude marialva em relação à composição maioritariamente feminina do órgão executivo. Que estava convicto que não deixariam de trabalhar de forma proficiente, efetiva, respondendo cabalmente às promessas feitas em termos do programa eleitoral do PS. Que dava a impressão que a substituição dos que renunciaram ao mandato estava encoberta e de certa forma oculto para impedir que todos soubessem. Que o PS se apresentou com um programa e com rostos que uma nova situação alterou e que o PS apresentou uma lista com aqueles que foram eleitos e renunciaram e também com aqueles que agora os substituíam. Que todos sabiam que a renuncia do anterior presidente da Câmara deveu-se ao juiz entender dar prisão preventiva, mas que só podiam transformar em culpa formada depois do julgamento, até lá presumia-se que era inocente. Que o Vice-presidente da Câmara Álvaro Monteiro renunciou ao mandato por ocupar funções muito importantes no hospital de Gaia/Espinho, tornando-se difícil estar presente nas duas instituições. Estava ali uma questão associada à desconfiança e ao temor que a atual camara fosse capaz de fazer uma gestão melhor do que até agora. Que que votou no PS votou num programa considerado eleitoralmente ser o melhor para Espinho e que os que ali estavam presentes fariam o possível e o impossível para o concretizar.

Paulo Leite (PSD) protestou quanto à expressão marialva porque tinha todo o respeito pelos senhores e senhoras. Disse que a sociedade espinhense, as instituições estavam preocupadas porque existiam oportunidades que podiam passar ao lado. Todos sabiam a razão do Presidente da Câmara ter renunciado, mas não a do Dr. Álvaro Monteiro que fez parte de uma lista, tendo aquela responsabilidade e tendo à partida previsto que não ia fazer um trabalho destinado apenas ao concelho. Que os espinhenses tinham votado num conjunto de pessoas que vinham para dirigir Espinho e não para estar a fazer perninhas, não considerando que era justificação suficiente dizer-se que o senhor tinha responsabilidades noutra sítio

João Matos (BE) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo que o Presidente da AM no início dos trabalhos mostrava-se fortemente exigente no uso dos



tempos regimentais, aligeirando consoante a discussão se prolongava o que merecia o seu protesto e repudio

Presidente da AM respondeu que o vogal Paulo Leite não usou os 3 min regimentais a que tinha direito pelo protesto

João Matos (BE) interveio de seguida e disse que as intervenções anteriores davam-lhe provas da alucinação política que ali se via, que perante a gravidade do ocorrido todos se apressavam a atirar areia para os olhos das pessoas e a recusar uma discussão a fundo sobre aquele momento político. Que o PSD lhes mostrava que não aprendia nada com o momento vivido e que não fazia outra coisa senão afiar as facas. Sobre o referido pelo Vogal Paulo Leite que o projeto político do PS estava fortemente comprometido, fez notar que os projetos políticos do centrão político daquele município estavam completamente comprometidos. Que o que ali se passou era um espinho no coração do centrão político. Que o vogal Teixeira Lopes já lhes deu provas de muitas coisas no seu percurso político e que sabiam da sua acrobacia ideológica, tendo feito uma intervenção que roçou a negação do problema político que ali se vivia, fazendo uso de essencialismo que não servia a ninguém nem explicava coisa nenhuma. Que ser democrata era aceitar o escrutínio era defender a democracia e não era aquilo que o PS fizera com acontecimentos daquela gravidade. Que o vogal Teixeira Lopes respondia com cegueira na análise do momento político. Sobre a escolha do IGF para a auditoria, perguntou quando seria chamado e que seria importante que a assembleia tivesse provas do documento a convocar o IGF. Que nos últimos tempos, a vogal da CDU tinha feito tudo para dizer que o BE era populista e que se chamava populismo à exigência do escrutínio democrático, populismo teria. Que lhes tinha falado de um projeto, votado num anterior mandato, que nada tinha que ver com o que aconteceu em Espinho e que quando perdia o pé no debate político servia-se da insinuação, tendo feito um exercício raso de atirar a pedra e esconder a mão. Que tinha afirmado numa anterior intervenção que era importante ter uma auditoria, mas que na reunião da Comissão permanente da semana passada, disse que não era preciso nenhuma auditoria porque a sua sapiência jurídica dava-lhes conta que o que estava naquele momento a ser feito era uma auditoria. Que a rigidez normativa do burocrata que caracterizava o pensamento da vogal da CDU e o pensamento político da CDU era revelador de uma manifesta incapacidade de uma limitação no que respeitava ao debate ideológico e à proposta política. Que a CDU não

tinha proposta política sobre as taxas municipais que diziam respeito à vida das pessoas, dado não ter feito nenhuma proposta para o orçamento municipal dos dois anos. Mostrou-lhes que o seu marxismo era muito débil e preocupado em agradar, usando da bazófia toda da jurista e não tinha nenhuma convicção marxista. Que era importante que a vogal da CDU se lembrasse que subir até ao último degrau do escadote da moralidade num partido com 100 anos talvez fosse perigoso e fatal, tendo o PCP muitos pecados na folha de serviços. Que se esquecia que era a CDU que defendia todas as machadadas na história da liberdade humana, com saneamentos, perseguições, gulags e fotografias adulteradas. Terminou dizendo para a vogal da DCU fazer política.

Ana Rezende (CDU) referiu que desde que entrou na Assembleia Municipal, o vogal do BE achava-se muito literário e logo na primeira sessão houve quem o fizesse sentir um outsider, fazendo afirmações que, por não achar corretas tinha pedido para fazer uma defesa da honra. Que o vogal cutucava individualmente cada um dos vogais, achava-se o suprassumo do marxismo, com toda a prosápia e inconsequência a que o BE os vinha habituando

Teixeira Lopes (PS) em defesa da honra pediu que o poupasse à sua vozearia ideológica. Disse que quando falou das suas cambalhotas ideológicas, era o vogal do BE uma hipótese de nascer e já ele andava a lutar para que pessoas como ele ali estivessem sentados hoje. Que os seus primeiros 33 anos de vida foram dedicados à luta pela liberdade, pela democracia e pela emancipação da classe operária, pela cultura e ensino que ainda hoje continuava a manter como sua bandeira, sem querer falar do seu percurso académico. Que não admitia que fosse pouco correto com ele e que em termos de conhecimento de Espinho teria de fazer um curso acelerado para poder comparar-se com ele e pediu que não o tornasse a menosprezar.

João Matos (BE) em defesa da honra disse que tudo o que tinha a dizer a cada um dos vogais, na qualidade de eleito pelo BE, dizia-o ali e não tinha a cobardia que o vogal Teixeira Lopes tinha ao dirigir-se ao seu lugar e dizer que ele não tinha honra. Que ali eram eleitos e não importava o título que tinham, o seu percurso, tinham igual valor naquela assembleia.

Teixeira Lopes (PS) disse que era pena que o insultasse naquele local daquela forma porque se o conhecesse saberia que cobarde nunca fora, não era, já tendo



demonstrado várias vezes na sua vida que não o era. Que o vogal do BE talvez ficasse apenas pelas proclamações radicais para insultar porque nunca sofrera derrotas para poder lutar pelas vitórias, respeitando os outros, tendo ideias claras da liberdade, democracia e fraternidade. Que era revolucionário nas palavras, mas não deixava de ser um pequeno burgues radicalista de fachada socialista

Ana Rezende protestou que o espetáculo a que acabaram de assistir felizmente não estava a ser difundido. Que sob a capa de uma pseudodiscussão política sobre a camara de espinho, o vogal do BE vinha ali fazer um exercício demagógico de fulanização e de insulto pessoal. Disse ao Presidente da Assembleia Municipal que as reuniões da Comissões permanentes deveriam ser gravadas e lavradas atas para não virem fazer ali afirmações que não foram ditas

Presidente JF Paramos disse que como presidente de junta foi eleito numa lista sufragada e que davam tanto valor ao primeiro da lista como ao último e achava que as pessoas em Paramos votavam na equipa e que com os acontecimentos em Espinho foram pessoas substituídas e que queria continuar a trabalhar na sua freguesia pelo que não queria que a Câmara estivesse parada, louvando a atitude de rapidamente se terem tomado decisões e ocupados lugares. Que o poder local em Espinho foi abalado e que o problema ainda se iria manter durante meses e perguntou, tendo ali percebido a vontade de haver eventuais eleições, com que cara iriam os políticos locais para a rua fazerem campanha. Que tinham de dar oportunidade à equipa em funções e dar um exemplo de serenidade, seriedade e responsabilidade para poderem defender o poder local

Presidente Assembleia Municipal disse que aquele tipo de debate a que hoje tinham assistido em nada contribuía para o esclarecimento dos munícipes, para a democracia local, para a dignificação da Assembleia Municipal. Que gostava que todos tivessem uma postura construtiva, de serenidade e sem escamotear a gravidade da situação política, todos contribuíssem para mais e melhor democracia local, sendo o que procurava fazer enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Que passou dias sucessivos da última semana a acompanhar a vereação, os serviços no sentido de monitorizar e colaborar para que toda aquela situação, e a transição se fizesse de maneira a que o normal e correto funcionamento da camara municipal não fosse afetado e que houvesse alguma normalidade no período de transição difícil. Agradeceu a colaboração obtida por toda a vereação, podendo constatar que estavam todos

motivados e prontos para enfrentar os desafios que tinham pela frente. Que a Assembleia municipal tinha de contribuir de forma convicta para a democracia local com outro tipo de debate e de atitude e mostrar às pessoas que estavam a cumprir o seu papel e a fiscalizar, monitorizar o executivo. Que a diferença de opiniões não devia de maneira nenhuma levar a fulanização e a ataques uns aos outros. Que pode também verificar quanto aos protocolos de urbanismo que estava pronta uma plataforma de submissão digital de todos os processos urbanísticos que contribuiria decisivamente e irrevogável para a total transparência do tratamento dos processos, permitindo que o executivo conseguisse saber facilmente quem interveio no processo e em que circunstâncias estava. Que era uma decisão que já estava tomada anteriormente aos acontecimentos

Presidente Câmara Municipal, na sua intervenção final disse, fazendo uso das palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Paramos, que o município precisava de serenidade para todos puderem trabalhar em prol do município e do concelho. Que o município tinha mais problemas para além do financeiro, como a educação, a habitação, o estado dos edifícios, transportes, e que estavam todos empenhados pelo que pedia a todos que ajudassem naquela fase bastante complicada em que eram abertura de telejornais.

Não havendo intervenções por parte do público presente, a reunião foi dada por encerrada.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



A Funcionária Municipal,
